

# opinião

opinioao@jornaldocomercio.com.br

## / PALAVRA DO LEITOR

### Pequenas empresas

As fortes chuvas e enchentes que atingem o Rio Grande do Sul desde o fim do mês de abril, causando mortes e destruição, impactam nos negócios de aproximadamente 600 mil micro e pequenas empresas, principalmente as localizadas no Vale do Taquari, Serra e Região Metropolitana de Porto Alegre. A estimativa foi feita pelo Sebrae RS (*Jornal do Comércio*, 14/05/2024). A falência será geral e, na sequência, virão os desempregos. (*Margarete Rodrigues*)

### Pequenas empresas II

Grande parte do empreendedores está parado. Como irão pagar os salários mês que vem. Aí começa o desespero e a revolta do povo. (*Alexsandro de Souza*)

### Pequenas empresas III

Fico de coração partido quando vejo o Centro Histórico de Porto Alegre com o comércio todo fechado. Estava acostumada a circular sempre por lá e esses dias até chorei andando pelas ruas. (*Ângela Manassero*)

### Chuvas

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, aprovado em novembro passado pelos deputados gaúchos, destinou R\$ 50 mil para a cota de aparelhamento - ou seja, aquisição de equipamentos da Defesa Civil do Estado (JC, 22/11/2023). Quem alocou R\$ 50 mil para a Defesa Civil em peça orçamentária em 2024? Quem alocou 0,2% para contingências climáticas? Que durmam aqueles que propuseram e quem aprovou. (*Sérgio Zukov*)

### Muro da Mauá

O projeto do Muro da Mauá e dos diques, executado durante a década de 1960, já foi explicado, em eventos anteriores de cheias. Porém, aquilo que deixou de ser feito, cuja fatura pagamos hoje, não custa repetir. O muro tinha estaqueamento para suportar uma elevada de seis pistas até o Gasômetro (coluna Começo de Conversa, Site do JC, 06/05/2024). É preciso pensar mais para frente, em soluções com menos concreto e mais verde. (*Anameri Bonotto Rodighieri*)

### Recuperação da Capital

A empresa Alvarez & Marsal - trabalhou em Nova Orleans, nos EUA, após o furacão Katrina - vai realizar uma consultoria para a prefeitura de Porto Alegre. O objetivo é a recuperação da cidade depois da enchente histórica que atingiu a cidade (Site do JC, 13/05/2024). As universidades federais do Rio Grande do Sul (Ufrgs), de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), de Santa Maria (UFSM), de Rio Grande (Furg) e de Pelotas (UFPel) também precisam participar de um comitê gestor desta tragédia. Afinal, se a cidade tivesse escutado professores e técnicos, não estaríamos na situação em que nos encontramos. (*Ivana Dallé*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

## / ARTIGOS

# Mudanças climáticas e a tragédia no RS

Eduardo Baltar

Há 17 anos trabalho com o tema das mudanças climáticas, seja como empresário e consultor, seja como acadêmico. Para nós que trabalhamos ou estudamos cientificamente o tema, é tão evidente que fenômenos climáticos extremos, como os que estamos vivendo no RS, ocorrerão com cada vez mais frequência e em maior intensidade, que isso não entra em discussão nos encontros técnicos. O foco das discussões está em como limitar o aprofundamento dessas mudanças e como podemos nos adaptar ao que já está acontecendo e que tende a piorar. Tendo sempre presente que os impactos, obviamente, são mais severos para quem tem menos infraestrutura, como nós, países em desenvolvimento.

A nossa incapacidade de responder a esses eventos tem como raiz um processo histórico de ocupação desordenada das cidades, onde os limites que os rios precisam para se expandir foram ocupados. Legalmente ou ilegalmente. Onde áreas de escoamento de chuva nas cidades foram permeadas por concreto. Onde pessoas, geralmente de menor renda e mais vulneráveis, foram sendo empurradas para áreas de maior risco. Acontece e vem acontecendo há décadas.

Além disso, medidas de afrouxamento de legislação ambiental, como as que permitem o auto licenciamento ambiental de certas atividades, a redução ou aproveitamento econômico de áreas de preservação e a permissão de construções em áreas de risco continuam a contribuir para esse problema.

Reconheço os desafios dos gestores públicos que, em mandatos de 4 anos, devem lidar com di-

versas urgências. São tantas deficiências que prioridades devem ser escolhidas. Infelizmente, o foco está em ações que dão mais visibilidade e votos. E muitas vezes, isso prejudica nosso futuro. Para nos adaptarmos aos futuros cenários climáticos, precisamos planejar políticas públicas de longo prazo que vão além dos mandatos políticos.

Essas tragédias mostram que investir em medidas de prevenção é fundamental para a nossa segurança. O planejamento urbano deve considerar os cenários climáticos nos anos vindouros e os riscos e vulnerabilidades aos quais estamos expostos. Isso pode contrapor interesses de curto prazo. Precisamos de líderes políticos e empresariais que enxerguem além.

O nosso foco atual está em resgatar vidas e restabelecer dignidade aos desabrigados. Se existe algo reconfortante nesse desastre é a solidariedade e capacidade de mobilização da sociedade em prol de um objetivo comum. São milhares de pessoas doando seu tempo, sua força e seus recursos para os mais diretamente atingidos. Unidos, sempre, podemos muito mais. Que permaneçamos assim para o doloroso processo de reconstrução que está por vir.

*CEO da Ecofinance Negócios e PhD em Administração pela Ufrgs*

É preciso planejar políticas públicas de longo prazo que se sustentem além dos mandatos políticos

# Memória da dor

Bruno Schneider de Araújo

A dor existe por uma razão: para o sofrimento ser grande o suficiente de forma que o seu causador, seja evitado. Assim, a dor de uma queimadura faz com que o cuidado com o fogo seja redobrado e o sofrimento não se repita. Evitar a dor também exige esforço, é preciso estar disposto a se proteger e correr menos riscos, ser imaginativo para criar soluções e resiliente para não desistir se elas não funcionarem. Prever e prevenir a dor gera conforto, e é também a função dos bons médicos.

A dor pela qual os gaúchos tem passado devido às enchentes é uma aflição coletiva

A dor pela qual os gaúchos tem passado devido às enchentes é uma aflição coletiva. Todos os gaúchos sofreram ou conhecem alguém que sofreu perdas devido ao terrível fenômeno extraordinário. É uma agonia imensurável e pública.

Por isso, a reconstrução e a prevenção devem ser um esforço coletivo, em que indivíduos, grupos e entidades unam-se de forma organizada e com objetivos compartilhados. A sociedade de of-

talmologia do Rio Grande do Sul manifesta-se não só compartilhando a dor, mas também a busca por soluções que amenizem o sofrimento.

A partir disso, junto com outras entidades médicas a nível continental, busca-se em um primeiro momento arrecadar os essenciais recursos para reconstrução daqueles que tudo perderam, entre os quais, grande número de funcionários e colaboradores de consultórios ou clínicas de oftalmologia. Ao mesmo tempo, de forma voluntária, estamos empenhados em atender as necessidades oftalmológicas dos desabrigados e garantir que não interrompam os seus tratamentos crônicos. É bom lembrar que muitas pessoas saíram de suas casas para fugir da fúria das águas, deixando para trás seus óculos e/ou medicamentos importantes para sua saúde ocular.

A mobilização é intensa, tanto de médicos, quanto do setor óptico, que não restringe as suas doações. A dor existe por uma razão, e quando ela passar, nunca devemos esquecer como amenizar e evitá-la. Devemos lembrar de transmitir a memória dessa agonia às novas gerações, pois apenas assim será possível, como sociedade, mantermos todo o empenho necessário em evitar a sua repetição.

*Presidente da Sociedade de Oftalmologia do Rio Grande do Sul*